



João Araújo

Garibaldi (E) reúne líderes na tentativa de acordo sobre nomes para a CPI dos Cartões Corporativos

Governo e oposição divergem sobre o comando de nova CPI

Os partidos de oposição não concordaram com a tentativa da base governista de ocupar a presidência e a relatoria da CPI mista que investigará os cartões corporativos e ameaçaram obstruir, a partir de hoje, as votações no Senado. O líder governista Romero Jucá defendeu entendimento sobre a questão. **Páginas 4 e 5**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.743 – Brasília, quarta-feira, 13 de fevereiro de 2008

Resolução afasta da Mesa senador investigado pelo Conselho de Ética

O senador contra o qual houver representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deverá ser imediatamente afastado dos eventuais cargos de corregedor, membro da Mesa, presidente de comissão e integrante do próprio conselho, conforme projeto de resolução de Delcídio Amaral aprovado ontem pelo Plenário, com parecer favorável de Jarbas Vasconcelos. A resolução vai à promulgação e entra em vigor no dia 1º de março. **Página 3**

Gerardo Magela



Jarbas, relator, defende a proposta de Delcídio Amaral (na foto menor), acolhida pelo Plenário

Leopoldo Silva

Ensino de arte regional poderá ser obrigatório

Mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aprovada ontem pela Comissão de Educação vai ao Plenário do Senado. **Página 8**

José Cruz



Senadores da Comissão de Direitos Humanos ouvem Paulo Vannuchi (na mesa, à esq., ao lado de Paim e Ana Lucy Gentil)

Brasil ainda tem trabalho forçado, afirma ministro no Senado

Em debate no Senado, o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, apontou como indícios da prática de trabalho forçado a perda da liberdade de ir e vir e as precárias condições de acomodação. **Página 6**

Impresso Especial
5362005/08/058
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Verbas para construção e recuperação de rodovias e ferrovias aumentam 40,1% em relação ao ano passado

Comissão retoma exame do Orçamento e aprova relatório

Quase dois meses depois de suspensa a discussão do Orçamento de 2008, por causa da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o Congresso retomou ontem a votação do projeto orçamentário. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o texto do relatório setorial sobre infra-estrutura, que abrange a quase totalidade dos investimentos diretos do governo federal neste ano. Ainda serão votadas emendas destacadas.

O relatório aprovado aumenta em 40,1% as verbas do governo para construção e recuperação de rodovias e ferrovias, comparando-se com o Orçamento de 2007. A área de infra-estrutura concentra 91,5% dos investimentos da União para este ano. O relator da área, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), aceitou parcialmente 140 emendas, que elevaram em R\$ 502 milhões os investimentos dos ministérios dos Transportes, de Minas e Energia e das Comunicações. O investimento das 40 estatais subordinadas aos três ministérios chegarão neste ano a R\$ 56,1 bilhões – aumento de 25,7% em relação a 2007.

Vários parlamentares protestaram contra o aumento substancial das verbas para rodovias do Norte e do Centro-Oeste e apontaram como baixos os acréscimos para outras regiões. Quintanilha afirmou que pretendia pedir ao



Maranhão acredita que votação do projeto orçamentário termina este mês

relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), mais recursos para o Sudeste e Nordeste, o que não será mais possível com o fim da CPMF. A comissão terminou ainda a votação dos destaques de emendas apresentadas ao relatório setorial de Integração Nacional e Meio Ambiente. O relator, deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), rejeitou as tentativas de alterar o seu parecer.

O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), quer concluir a votação dos dez relatórios setoriais nesta semana – oito já estão aprovados integralmente. Os valores acolhidos no colegiado poderão ser modificados quando a CMO conhecer os cortes que o relator-geral pretende fazer para adequar o projeto ao fim da CPMF. A comissão tem de aprovar os cortes. Maranhão acredita que o Congresso terminará a votação do projeto orçamentário neste mês.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Votação da maioria penal depende de acordo

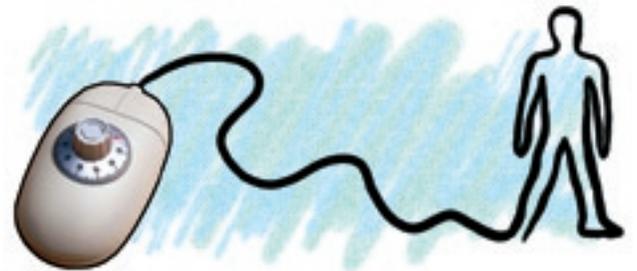
O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. Na pauta, que ainda depende de acordo, há seis propostas que visam reduzir para 16 anos a idade para imputabilidade penal.

Proposta altera lei do saneamento básico

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) reúne-se às 11h para debater e votar oito proposições. Entre elas, o projeto (PLS 506/07) que altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. A proposta fixa a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais.

Crime contra a honra

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se para discutir e votar 26 itens. Na pauta, o projeto de lei do Senado (PLS 398/07) que prevê o aumento da pena no caso de crime contra a honra utilizando a internet.



Comissão de Orçamento vota relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 14h30 para dar continuidade à votação de relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para

2008 (PL 30/07-CN). Ainda devem ser examinados os relatórios setoriais relativos a Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.



Direito do empregado e planos de saúde

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para analisar sete itens. Entre as proposições encontra-se o substitutivo a dois projetos de lei que conferem ao empregado o direito de escolher o banco ou a agência em que prefere receber o salário. Também está na pauta o substitutivo a quatro projetos que alteram a lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei 9.656/98).

Desempenho partidário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina às 10h, entre outras propostas, emenda de Plenário à PEC 2/07, que trata da cláusula de desempenho partidário.

Presidência

Às 10h, Garibaldi Alves participa da cerimônia de lançamento da TV Senado em canal aberto na cidade de São Paulo, em sistema digital. O evento ocorre no Salão Nobre do Senado.

Embargo europeu

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa às 10h, em audiência pública, o embargo da União Européia à carne bovina brasileira.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, César Borges e Mão Santa

TV Senado terá sinal aberto em São Paulo

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, e o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participam hoje de solenidade no Salão Nobre do Senado, às 10h, para a assinatura de portaria do Ministério das Comunicações autorizando o uso do canal 64 pela TV Senado para transmissão em sinal aberto e gratuito na cidade de São Paulo.

A TV Senado foi criada em fevereiro de 1996 para fazer a divulgação institucional da Casa, além de oferecer uma programação educativa e cultural de qualidade e diferenciada das emissoras comerciais.

Sessão especial pela abertura dos portos

O Plenário aprovou ontem requerimento de Romeu Tuma (PTB-SP) solicitando a realização de sessão especial, no próximo dia 21, às 10h, para comemorar os 200 anos da abertura dos portos no Brasil.

Foram acolhidos ainda requerimentos de Marco Maciel (DEM-PE) para realização, no dia 15 de abril, de sessão especial em comemoração ao bicentenário do Poder Judiciário no Brasil e de Paulo Paim (PT-RS) propondo a realização, no próximo dia 26, de sessão de homenagem ao Dia Nacional do Aposentado.

Rigotto e Garibaldi discutem tributação

Em visita de cortesia ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, ontem, o ex-governador do Rio Grande do Sul e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Germano Rigotto, apresentou ao senador sugestões do órgão para tornar o sistema tributário nacional mais eficiente e mais justo.

O ex-governador gaúcho acredita que, apesar das dificuldades que o Parlamento enfrentará para discutir o projeto em ano eleitoral, “é preciso aproveitar o momento”.

Resolução prevê que membro da Mesa e presidente de comissão do Senado deve deixar previamente o cargo caso responda a representação no Conselho de Ética

Senador investigado pode deixar cargo de direção

O senador contra o qual houver representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deverá ser de imediato afastado dos eventuais cargos de corregedor, membro da Mesa, presidente de comissão ou de integrante do próprio conselho. É o que determina projeto de resolução de Delcídio Amaral (PT-MS) aprovado ontem pelo Plenário, com parecer favorável de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A resolução vai à promulgação e entra em vigor no dia 1º de março.

Delcídio apresentou a proposta durante a crise que envolveu, ano passado, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que respondeu

a representações no Conselho de Ética enquanto exercia o cargo de presidente do Senado. De acordo com o projeto (PRS 37/07), o afastamento ocorrerá sempre que a representação puder acarretar, como pena, a perda definitiva do mandato ou a perda temporária de seu exercício.

– Trata-se de flagrante constrangimento a injustificável permanência de senadores investigados pelo Conselho de Ética na função que porventura exerçam, pois, por sua posição privilegiada, podem interferir no processo de maneira altamente desaconselhável – argumenta Delcídio na justificativa do projeto. Jarbas Vasconcelos,

por sua vez, observa que o “afastamento preventivo” já é praxe na legislação administrativa e visa assegurar a apuração das irregularidades.

Fatos anteriores

Foi incluída emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de acordo com a qual somente as representações relacionadas a fatos ocorridos durante o mandato parlamentar serão acolhidas pelo conselho. O texto determina que a representação só provocará o afastamento do senador depois de aceita pela Mesa e pelo conselho. A votação da matéria provocou intenso debate.



Observado por senadores de vários partidos, Pedro Simon defende aprovação da proposta, que provocou intenso debate no Plenário

Ações de menor valor devem ter julgamento mais rápido

Os senadores aprovaram no início da noite de ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara que acaba com a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição em sentenças desfavoráveis à administração pública nas causas de até 500 salários mínimos.

A proposta (PLC 6/05), que revoga o artigo 475 do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), retornará para a Câmara dos Deputados, por ter sido alterada pelos senadores.

Emenda apresentada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e acolhida pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), durante a votação da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, definiu o teto de 500 salários mínimos para o fim da obrigatoriedade.

Dessa forma, somente as sentenças contra a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público, além das sentenças que julgarem procedentes – pelo menos em parte – embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, com condenações superiores a 500 salários mínimos, serão obrigatoriamente remetidas ao tribunal para novo julgamento.

Azeredo deplora o uso de mulher-bomba em atentado

O presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), manifestou sua revolta com a utilização de portadoras da síndrome de Down como mulheres-bomba em atentados. Azeredo pediu que o governo brasileiro manifeste junto à Organização das Nações Unidas (ONU) a indignação do país em relação ao novo fato.

– É uma questão de desumanidade total, é uma barbárie que os terroristas usem agora mulheres-bomba com síndrome de Down, que não tinham consciência exata do que estavam fazendo.

O vice-presidente da subcomissão, Flávio Arns (PT-PR), associou-se à manifestação de Azeredo. Segundo ele, a utilização de pessoas com síndrome de Down para explodirem as bombas amarradas aos seus corpos “deve receber de todas as pessoas do Brasil e do mundo um voto de repúdio”.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais – à qual é vinculada a subcomissão –, também lamentou o que chamou de “barbaridade tão extrema”, lembrando que os portadores da síndrome de Down são naturalmente pessoas afetuosas.

Solidariedade a Jonas e Mercadante

Oito senadores se manifestaram ontem em Plenário para apresentar solidariedade e desejar rápida recuperação a dois parlamentares que estão hospitalizados: Jonas Pinheiro (DEM-MT) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

O primeiro está internado no Hospital Amacor, em Cuiabá, onde deu entrada na noite de domingo, e permanece em coma em razão de um infarto com parada cardiorrespiratória. Já Mercadante está internado em São Paulo, devido a uma infecção na próstata. Segundo Garibaldi Alves, o senador passa bem.

Acordo entre Brasil e República de Gana

O Plenário aprovou projeto de decreto legislativo (PDL 221/07) da Câmara dos Deputados que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005. O acordo objetiva fortalecer o relacionamento entre os dois países no campo do transporte aéreo comercial e facilitar o transporte de carga aérea no sentido Brasil-Gana, considerado um fator de estrangulamento das exportações brasileiras para aquele país. A matéria vai à promulgação.

PTB terá vaga nas comissões

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, comunicou ontem ao líder do PTB, senador Epitácio Cafeteira (MA), a decisão da Mesa sobre questão de ordem a respeito da situação de seu partido a partir do afastamento da agremiação do Bloco de Apoio ao Governo, anunciado em 3 de dezembro de 2007.

Conforme Garibaldi, deve-se considerar que as vagas nas comissões que corresponderiam proporcionalmente à bancada do partido, até então computadas para o bloco, devem ser restituídas à legenda, cabendo ao líder a indicação dos seus ocupantes.

Líder do PMDB, Valdir Raupp, sugere nome de Neuto de Conto para presidir comissão; opositores insistem em participar da direção dos trabalhos



Alvaro quer apurar gastos de funcionários ligados à Presidência

Alvaro afirma que não haverá limite para investigações

Em discurso no Plenário, Alvaro Dias (PSDB-PR) garantiu ontem não existir nenhum tipo de acordo entre governo e oposição para limitar a abrangência da CPI que investigará os cartões corporativos.

– Dessa reunião se estabeleceu como discurso de unidade que não haverá acordo relativamente às investigações e que não haverá, sobretudo, acordo para que se estabeleça uma blindagem de reciprocidade. A investigação se dará sem limites. O limite há de ser a lei – assinalou Alvaro Dias, referindo-se à reunião de ontem entre líderes da oposição na Câmara e no Senado.

Sem defesa

Segundo o senador, existem 150 cartões corporativos sendo usados por funcionários de órgãos ligados à Presidência da República e que também precisam ser investigados. Ele rechaçou afirmações do ministro da Justiça, Tarso Genro, de que a questão dos cartões corporativos seria uma “crise artificial” inventada pela oposição. Alvaro criticou integrantes do governo pela falta de defesa diante das denúncias.

– O governo não se defende. Não há a palavra do mandatário maior da nação em defesa do seu governo – disse o parlamentar.

Alvaro afirmou ainda que a oposição só concordará com a instalação da CPI se o comando da comissão for dividido.

Em apartes, Jefferson Péres (PDT-AM) e Marisa Serrano (PSDB-MS) elogiaram o pronunciamento.

Sem acordo sobre CPI, oposição ameaça obstruir as votações

Os partidos de oposição consideraram inaceitável que a base aliada no Congresso venha a ocupar a presidência e a relatoria da comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas com os cartões corporativos do governo. Visando conseguir um desses cargos, os opositores decidiram obstruir, a partir de hoje, as votações do Senado.

A oposição se insurgiu contra o que considera manobra do governo para exercer o comando da investigação. O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), chegou ao encontro de líderes sugerindo o nome do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) para a presidência da CPI. Logo depois, o presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), disse que não via ali disposição para investigar de fato as irregularidades de que o governo é acusado.

Com o objetivo de obter a pre-

sidência ou a relatoria da CPI dos Cartões Corporativos, a oposição vai obstruir as votações no Senado e também do projeto da Lei Orçamentária de 2008, conforme informações do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ao final da reunião de líderes. Ele argumentou que os parlamentares da oposição não presidem nem relatam CPIs “há anos” e que, se o governo se recusar a abrir espaço, vai “se desmoralizar” e a CPI será “natimorta”.

Arthur Virgílio informou que a oposição concordou apenas em votar três proposições, a pedido do presidente do Senado, Garibaldi Alves. Mas assim que a pauta da Casa for trancada por uma medida provisória começa o processo de obstrução.

CPMF

A oposição deseja também debater a atitude do governo, que, segundo Arthur Virgílio, des-

cumpriu acordo após o Senado derrubar a proposta de emenda à Constituição que prorrogava a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo o senador, o governo havia concordado em não aumentar impostos desde que a oposição aprovasse a renovação da Desvinculação de Recursos da União (DRU).

A DRU foi mantida, mas o governo promoveu, no início deste ano, a elevação nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, destacou o parlamentar, o Executivo não destinou “um tostão” do aumento desses impostos para a saúde. Essa atitude, na opinião de Arthur Virgílio, demonstra que o governo não era “verdadeiro nem sincero” quando defendia a prorrogação da CPMF para financiar a saúde pública.



Depois de presidir reunião de líderes na Presidência do Senado, Garibaldi Alves (E) defende mutirão para examinar vetos e regras de MPs

Garibaldi sugere divisão equânime dos postos da CPI

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, defendeu a “divisão equânime” dos postos de direção da CPI dos Cartões Corporativos.

– Deveria haver um acordo para que os postos de direção da comissão de inquérito fossem repartidos igualmente. O governo aponta o presidente e a oposição aponta o relator ou vice-versa.

Garibaldi disse ter solicitado ao líder do governo, Romero Jucá, que levasse esse apelo ao comando do governo ou ao próprio presidente Lula.

O presidente do Senado afirmou que respeita a decisão da oposição, mas que fará o que estiver a seu alcance para garantir que as discussões sobre a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito dos

cartões corporativos não paralise os trabalhos do Senado.

Mutirão

Garibaldi Alves anunciou que, simultaneamente a essas investigações, o Legislativo se dedicará, já na próxima semana, a um mutirão para examinar os vetos presidenciais e para simplificar as normas referentes à tramitação de medidas provisórias.

– A gente vai começar a votar os vetos. Vamos deliberar sobre esses vetos que estão encalhados há muito tempo e cujo enfrentamento se constitui num compromisso nosso, do Senado e da Câmara. Acho que é um compromisso que vai ser assumido por todas as lideranças, de modo que, já na próxima semana, possamos começar as votações,

com o apoio do presidente Arlindo Chinaglia.

Indagado se o Senado tem condições de votar logo os projetos que reduzem a maioria penal, Garibaldi observou que isso ocorrerá em breve, mas não nesta semana. E voltou a mostrar sua preocupação com a proposta que modifica a tramitação de medidas provisórias, para defender mudanças que não impliquem mais o trancamento da pauta de votações do Plenário.

Com as regras em vigor, em geral, quando as MPs chegam ao Senado, após a apreciação da matéria na Câmara dos Deputados, já foram extrapolados os prazos determinados para sua tramitação e, com isso, elas trancam imediatamente a pauta.

Para Agripino, a oposição deve indicar presidente ou relator

Após sair da reunião de líderes realizada ontem na Presidência do Senado, o líder do DEM, José Agripino (RN), declarou que, “para que as investigações sobre irregularidades no uso de cartões corporativos sejam feitas com isenção, é preciso que tanto governo como oposição estejam presentes na composição da respectiva comissão parlamentar de inquérito”. Ele se referia à indicação dos cargos de presidente e de relator da CPI, que ainda não foram definidos.

Assim como o presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), Agripino propõe que o ocupante de um desses cargos – presidente ou relator da comissão – seja indicado pela oposição, enquanto o outro o seja pela base do governo. Agripino disse ainda que “se o presidente for da base do governo e designar um relator também da base do governo, estará na cara que a CPI será realizada para proteger o governo Lula de acusações”.

– E disso nós não participaremos – afirmou o líder do DEM.

Pouco antes da reunião, que acabou não definindo nem o presidente nem o relator da comissão de inquérito, o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp, havia dito que a presidência da CPI ficaria com o PMDB e a relatoria, com o PT – ambos os partidos integram a base do governo no Congresso.

Votações

Agripino disse que a oposição fez uma concessão ao concordar em votar algumas matérias ontem, conforme também anunciou, logo após a reunião de líderes, Romero Jucá, líder do governo no Senado.

– Fizemos uma concessão, mas só voltaremos ao ritmo normal na medida em que essa questão da presidência e da relatoria da CPI dos Cartões esteja absolutamente equacionada – assinalou Agripino.

Segundo Romero Jucá, o Senado realizaria votações de matérias entre ontem e hoje, “até chegar à medida provisória que tranca a pauta da Casa”. O líder do governo informou ainda que poderá ser feita uma programação para que sejam votados, na semana que vem, diversos vetos presidenciais.

Impasse sobre comando de CPI provoca debate

O impasse entre governo e oposição em torno do comando da CPI dos Cartões e o aumento da carga tributária foram debatidos ontem em Plenário por diversos parlamentares, inclusive líderes partidários. Valdir Raupp afirmou que ninguém pode duvidar da

isenção do PMDB caso um de seus integrantes venha a assumir a presidência ou relatoria da CPI, enquanto Arthur Virgílio garantiu que não há acordo para restringir as investigações e advertiu que a oposição exige um dos dois principais cargos da CPI. José Agripino acusou o

governo de descumprir o acordo de não aumentar impostos, mas Romero Jucá disse que o pacote fiscal tornou-se necessário em razão da crise financeira nos Estados Unidos. Já Mão Santa sugeriu que o presidente Lula siga o exemplo de gestão fiscal deixado por Graciliano Ramos.

Valdir Raupp



Para Raupp, trabalhos executados em CPIs credenciam peemedebistas

Ninguém pode duvidar da isenção do PMDB

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), afirmou que ninguém pode duvidar da isenção do partido caso um de seus integrantes venha a assumir a relatoria ou a presidência da CPI mista dos cartões corporativos. Para comprovar a isenção dos filiados ao PMDB, ele citou o trabalho do deputado Osmar Serraglio na relatoria da CPI dos Correios; do ex-senador Amir Lando na relatoria da CPI dos Sanguessugas, que, lembrou Raupp, encaminhou para os respectivos conselhos de ética denúncias contra 72 parlamentares; e do próprio presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, na relatoria da CPI dos Bingos.

– Então, hoje, se o PMDB vier a assumir a relatoria ou a presidência da CPI mista dos cartões corporativos, ninguém pode duvidar da isenção do PMDB para desempenhar esse trabalho.

Em aparte, Papaleo Paes (PSDB-AP) disse que a oposição deve participar do comando da CPI.

Arthur Virgílio



Virgílio, líder do PSDB, solicita informações a 37 ministros

Sem acordo para limitar apuração de irregularidades

A reunião realizada em almoço com parlamentares do PTB, PSOL, PSB, PPS, PMDB, DEM, PDT e PSDB resultou ontem na tomada de duas posições. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), relatou que a primeira é dar um fim aos boatos de que houve um “acordão” para restringir a atuação da CPMI.

A segunda é a exigência de que um dos cargos – presidência ou relatoria – da CPMI seja destinado a um parlamentar da oposição.

Virgílio também apresentou requerimentos de informações endereçados aos 37 ministros do governo Lula. O representante do Amazonas solicita dados pormenorizados sobre o uso dos cartões corporativos, como o número de usuários, seus nomes, quanto cada um gastou mês a mês no período de 2003 a 2007, as justificativas para saques em dinheiro, as prestações de contas e os gastos discriminados de cada ministro.

José Agripino



Carga tributária se aproxima de 37% do PIB, afirma líder do Democratas

Cobrança de explicações sobre aumento de imposto

O líder do Democratas, José Agripino (RN), cobrou em Plenário explicações ao líder do governo no Senado, Romero Jucá, sobre as razões para o governo federal ter, em sua avaliação, descumprido acordo firmado com a oposição e elevado as alíquotas de tributos no início de 2008.

Citando números que comprovariam o aumento de cerca de 50% da arrecadação de tributos em relação ao crescimento do produto interno bruto (PIB) entre 2006 e 2007, Agripino considerou absolutamente desnecessário o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) realizado pelo governo. De 2006 para 2007 o PIB aumentou R\$ 229 bilhões enquanto a arrecadação cresceu R\$ 111 bilhões, no mesmo período.

– Estamos chegando a 37% de carga tributária, mas com um aumento de tributos em 2007 equivalente a quase metade do PIB. Vejam o absurdo.

Romero Jucá



Pacote fiscal foi baixado devido à crise financeira dos Estados Unidos, diz Jucá

Defesa de pacote e de entendimento sobre comissão

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou sua participação na edição do pacote fiscal para compensar as perdas com o fim da CPMF e no entendimento com o deputado Carlos Sampaio sobre a criação da CPI dos Cartões Corporativos.

Jucá disse que o pacote – taxado pelos opositores de traição ao acordo que permitiu a aprovação da Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU) – foi baixado tendo em vista a mudança do quadro internacional com a crise financeira nos Estados Unidos.

– Precisávamos dar uma resposta ao mercado e aos analistas de risco, mostrando que o país continuava comprometido com o equilíbrio fiscal – justificou.

Quanto ao acordo para a instalação da CPI, o líder do governo disse que ele não visa a esconder gastos, mas fazer um amplo levantamento de dados (desde 1998) a fim de detectar eventuais erros e criar um novo padrão de ordenamento de despesas.

Mão Santa



Mão Santa quer que Lula se inspire em relatórios fiscais de Graciliano Ramos

“Não haverá acordo com o governo, doa a quem doer”

O fato de 12 mil integrantes do governo possuírem cartões corporativos foi criticado por Mão Santa (PMDB-PI). Ele afirmou que não haverá acordo com o governo e que a oposição vai “aborrecer Luiz Inácio [Lula da Silva], doa a quem doer”.

– Ninguém pode viver nessa imoralidade. A equipe do presidente fez saques equivalentes a US\$ 120 mil nas viagens de Lula à Suíça, a Nova York e a Havana.

Mão Santa sugeriu que Lula tome os relatórios nos quais o escritor Graciliano Ramos prestou contas de sua administração em Palmeira dos Índios (AL), cidade da qual foi prefeito de 1928 a 1930, como o exemplo para divulgar os gastos feitos com cartões corporativos da Presidência.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) disse que Graciliano foi “um homem de probidade inatacável”, e citou uma frase do escritor: “Na defesa do interesse público perdi alguns amigos. Não me fizeram falta”.

Papaléo critica destinação de recursos da saúde para o superávit fiscal

A política para a saúde do governo Lula recebeu críticas de Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador afirmou que parte significativa dos recursos arrecadados para aplicação no setor é desviada para a formação do superávit fiscal, ao passo que verbas públicas são gastas de forma irregular por

meio dos cartões corporativos.

Papaléo citou a ocorrência de 438 mil casos de dengue clássica e 9.926 de dengue hemorrágica entre janeiro e julho de 2007, com 98 mortes. O ano de 2008, ressaltou o senador, começou “sob o signo da febre amarela”.

– E não há como não mencio-

nar também o estado lamentável dos hospitais públicos – disse.

Na opinião de Papaléo, o primeiro ministro da Saúde do atual governo, Humberto Costa, teve atuação “pífia, embora repleta de ações espetaculosas”. E o atual, José Gomes Temporão, “é bem-intencionado, mas pouco

operante”.

O senador também criticou o pacote com aumento de impostos baixado em janeiro para compensar o fim da CPMF. Segundo ele, foi uma forma de o governo jogar a responsabilidade de sua má administração sobre os ombros da sociedade.



Papaléo diz que governo responsabiliza a sociedade pela sua má administração

Em debate na CDH, representante dos auditores fiscais do Trabalho afirma que o uso de mão-de-obra forçada vem sendo combatido no país e cobra punição para os assassinos de quatro colegas em Unai (MG)

Vannuchi aponta práticas que atestam trabalho forçado no país

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, disse ontem, em debate no Senado, que há comprovações da existência de trabalho análogo ao de escravo no país. A perda da liberdade de ir e vir, o isolamento e o barracão no qual os trabalhadores são acomodados, bem como a condição já endividada em que iniciam o trabalho, disse, são sintomas dessa prática.

Ele fez a afirmação em resposta a questionamento dos senadores, durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. O ministro observou, porém, que não se devem confundir irregu-

laridades trabalhistas com “trabalho forçado” – expressão que ele prefere utilizar.

Na avaliação do senador Jayme Campos (DEM-MT), o Ministério do Trabalho não tem estrutura para fiscalizar em todo o país. O parlamentar defendeu melhor definição das situações consideradas como trabalho escravo.

Combate

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge, informou que tal definição já se encontra no artigo 149 do Código Penal. Ela assinalou que o trabalho escravo é crime e não apenas irregularidade

trabalhista, e que a prática tem sido combatida pelo ministério, o que, afirmou, causa incômodo a algumas pessoas. Lembrou que os nove acusados de assassinar fiscais do Trabalho em Unai (MG), há quatro anos, ainda não foram julgados.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou o fato de o Rio Grande do Norte ser um dos fornecedores de mão-de-obra escrava. O objetivo da audiência, que contou com a participação de representantes de entidades da sociedade civil, foi obter subsídios para relatório sobre as ações brasileiras no âmbito dos direitos humanos, a ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.



Senadores da CDH participam de debate com o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi (foto menor), ao lado de Paim e Ana Lucy



José Cruz

Ministro destaca avanços; entidades criticam relatório

O Brasil levará ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas um relatório sobre os avanços obtidos no país nesta área, sem perder de vista as violações de direitos que ainda ocorrem, afirmou Paulo Vannuchi. O ministro destacou o caráter governamental do documento, mas disse que o texto foi elaborado a partir de diálogo com a sociedade civil.

No entanto, diversos representantes de entidades que participaram do debate consideraram o documento elaborado pelo governo falho por relatar de forma insuficiente as condições

vivenciadas no país, dando prioridade à divulgação de políticas públicas.

Presente à audiência na CDH, Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, observou que ainda poderão ser incorporadas sugestões ao texto elaborado pelo governo. O relatório brasileiro será apresentado no dia 14 de abril, em sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Também participaram do debate Iradj Roberto Eghrari, do Centro

Universitário Unieuro; o advogado Elmano de Freitas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e Joelson Dias, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

O senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou que o relatório do Brasil deve ser elaborado com a participação de todos os segmentos – sociais e governamentais. Por sua vez, o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), elogiou os representantes do governo pela postura aberta às críticas e ao debate.



Nery: missionária combatia a grilagem de terras no Pará

Nery e Sibá lembram dois anos do assassinato de Dorothy Stang

Os três anos do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, na cidade de Anapu (PA), foram lembrados em discurso pelo senador José Nery (PSOL-PA). O crime ocorreu em um dos lotes do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, que a religiosa ajudou a criar, como lembrou o parlamentar.

– Projeto que visava defender a sobrevivência dos pequenos agricultores, ameaçados pelo avanço de um modelo devastador, baseado na grilagem de terras públicas, na utilização de mão-de-obra escrava – disse.

O aniversário da morte da missionária também foi lembrada por Sibá Machado (PT-AC), que se referiu a

ela como “amiga e companheira de lutas” no interior do estado do Pará e “uma das vítimas da intolerância e da violência praticada contra os trabalhadores do campo no Brasil”.

Sibá leu nota divulgada ontem pelo Comitê Dorothy Stang durante manifestação, em frente ao Tribunal de Justiça do Pará, em Belém.



Sibá destaca que foi amigo de Dorothy e companheiro de luta



Valter Pereira: medida afeta até shoppings à margem de rodovias

Valter Pereira defende menos rigor na proibição

Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu em Plenário a necessidade de o governo federal promover mudanças no texto da Medida Provisória (MP) 415/08, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais. Em sua avaliação, caso o Executivo não modifique a MP, o próprio Congresso deverá se encarregar de fazê-lo.

Mesmo reconhecendo a importância da MP para a diminuição do número de mortes nas estradas, o senador Valter Pereira a considerou demasiado restritiva ao vedar o comércio de bebidas em bares próximos a rodovias que cortam cidades. Ele julgou inadequada a proibição também para hotéis situados nas margens de rodovias.

– Até mesmo em Brasília há shoppings proibidos de fornecer latas de cerveja. A lei não levou em conta as particularidades desses estabelecimentos localizados em centros urbanos, pois simplesmente onde passa a rodovia a restrição se impõe – disse.

Valter Pereira criticou ainda o governo por ter se valido de medida provisória para impor a restrição sobre a comercialização de bebidas em estradas federais.



Magno Malta atribui ao álcool a maioria dos acidentes de trânsito

Malta teme lobby contra a MP que veda bebida em BR

A medida provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais em todo o país foi elogiada, da tribuna, por Magno Malta (PR-ES), que alertou os senadores para a lobby que a indústria do setor fará para impedir a aprovação da MP pelo Congresso Nacional.

Segundo o parlamentar, 70% dos órfãos e 75% dos acidentes de trânsito no país podem ser colocados na conta da bebida alcoólica.

– Quando era deputado estadual no Espírito Santo, fui autor de uma lei acabando com bebida alcoólica nos postos de gasolina do estado, mas terminei vencido por um lobby, um lobby horrível. Derrubaram a lei e continuaram vendendo bebida – relatou.

Piúma

Magno Malta também anunciou que marcará audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para discutir problemas do município de Piúma, em seu estado.

O senador disse que parte da população quer fechar um canal de esgoto que corre a céu aberto e polui a praia, enquanto outra parte dos moradores quer mantê-lo aberto, pois temem inundações que prejudicariam pequenos agricultores.

José Cruz

Leopoldo Silva

Moreira Moritz

Gerardo Magela

Gerardo Magela



Na CMA, Mesquita Júnior (C) e Augusto Botelho (D) ao lado de Adelmir, autor do projeto

Aprovado projeto que obriga banco a fornecer informações a clientes

Projeto que obriga os bancos a tornarem disponíveis aos clientes suas informações cadastrais foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Segundo o projeto (PLS 538/07), de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF), as instituições deverão disponibilizar ao correntista, por meio eletrônico, um extrato com informações sobre operações de crédito por ele contratadas nos últimos cinco anos.

Agora, a matéria seguirá para votação em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Adelmir afirmou que o cadastro é de propriedade do cliente e já existe, mas está disponível apenas para as instituições financeiras.

– O consumidor vai poder mostrar que é um cliente adimplente e, com isso, vai conseguir vantagens de crédito pela qualidade

do cliente que é. Vamos premiar aqueles que são os bons pagadores, em vez de nos preocuparmos apenas em castigar os maus – argumentou o senador.

Quando foi criado esse cadastro para as instituições financeiras, questionou-se a sua legalidade, pois poderia ser um instrumento que permitiria violar o sigilo bancário, observou o relator da matéria, Heráclito Fortes (DEM-PI). No entanto, em seu parecer, Heráclito lembra que a Lei Complementar 105/01 assegura que a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, não constitui violação de sigilo bancário.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em 28 de novembro do ano passado, onde recebeu voto favorável com emendas do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Rosalba pede persistência aos defensores da transposição

Os defensores do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, na opinião de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), não devem ceder às pressões em contrário. Para a senadora, o acesso do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará e



Rosalba diz que projeto defende a vida e levará água a quem precisa

de Pernambuco às águas do rio “é um direito da população”.

Em aparte, César Borges (PR-BA) afirmou que o volume a ser transposto, a um custo de R\$ 4,5 bilhões, não atenderá a contento os moradores dos estados no âmbito do projeto, “mas apenas os grandes empreendimentos”. O sena-

dor advertiu que “o rio está morrendo” e lamentou que o curso d’água não seja utilizado para irrigar o semi-árido baiano nem em projetos de irrigação ao longo do rio. “O Rio Grande do Norte já está bem atendido por açudes”, disse.

José Agripino (DEM-RN), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Efraim Morais (DEM-PB) defenderam a transposição. Rosalba Ciarlini anunciou que estará presente amanhã ao debate sobre o tema, em Plenário, o arcebispo de João Pessoa, Aldo Pagotto, favorável ao projeto.

Reinhold Stephanes, Marina Silva e presidente do Ibama devem esclarecer se são verdadeiras as notícias sobre medidas em estudo para concessão de anistia a desmatadores ilegais

Ministros serão convidados a debater desmatamento

Com o objetivo de debater o conjunto de medidas que estariam sendo estudadas para concessão de anistia a desmatadores ilegais, conforme foi noticiado no último final de semana, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) vai convidar os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; e do Meio Ambiente, Marina Silva; bem como o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Alves Margarido Neto.

O requerimento é de autoria de Jefferson Péres (PDT-AM) e

Heráclito Fortes (DEM-PI).

Ao debater o assunto na comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a presença dos ministros será uma boa ocasião para discutir também projeto de sua autoria (PLS 110/05) que permite o aproveitamento das áreas desmatadas e abandonadas com o plantio de novas espécies – atividade que poderia ser compensada com sua troca por áreas de reserva legal, dentro do mesmo ecossistema. O projeto tramita atualmente na Câmara.

O senador explicou que sua proposta, depois de aprovada no Senado e na Comissão de Meio

Ambiente da Câmara, foi “totalmente desvirtuada” na Comissão de Agricultura daquela Casa, com a aprovação de modificações no Código Florestal e na reserva legal de florestas na Amazônia, que representa 80% das áreas das propriedades rurais.

Já Flávio Arns (PT-PR) disse ser muito oportuna a presença das autoridades para discutir as notícias. Ele lembrou que o senador Sibá Machado (PT-AC) leu, em Plenário, na sessão de segunda-feira, nota oficial dos dois ministérios negando a existência de propostas para anistiar desmatadores ilegais.

Flexa Ribeiro nega que seu projeto seja “floresta zero”



Plantio só ocorreria em áreas já degradadas, explica Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a proposta de sua autoria que visa permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal com a utilização de espécies nativas ou o plantio de palmáceas destinadas a exploração econômica.

Setores do governo, entidades ambientalistas e a mídia, segundo o senador, têm divulgado erroneamente que a iniciativa, por eles apelidada de “floresta zero”, anistia os que devastaram a floresta. Flexa Ribeiro explicou que a proposta original, negociada com o Ministério do Meio Ambiente e com apoio de senadores, possibilita o plantio de espécies como o dendzeiro e o açaí em áreas já degradadas pela ação do homem.

– Não posso aceitar que queiram estigmatizar o projeto dizendo que ele leva ao desmatamento da Amazônia, porque é um texto de consenso – disse.

Kátia Abreu culpa governo por aumento de derrubadas



Kátia Abreu: Executivo não forneceu adubo para assentados

O aumento do desmatamento de florestas na região amazônica detectado nos últimos meses de 2007 foi criticado por Kátia Abreu (DEM-TO), que responsabilizou o governo.

Na avaliação da senadora, uma das principais causas do aumento das derrubadas em áreas de assentamentos está relacionada à “incapacidade do Executivo de fornecer corretivos e fertilizantes para os sem-terra, o que os teria levado a desmatar novas áreas a cada dois anos em busca de solos mais férteis”. Kátia Abreu criticou ainda a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por pretender atribuir a responsabilidade dos desmatamentos exclusivamente a sojicultores e pecuaristas da região, deixando de lado a relevante ação predatória de madeireiros.

Parlamentares discutem agenda de fórum sobre clima

Parlamentares brasileiros reuniram-se ontem para discutir a agenda dos trabalhos a serem realizados durante o Fórum Internacional sobre Mudanças Climáticas. No evento, que ocorrerá em Brasília, nos dias 20 e 21 deste mês, deve ser avaliada a proposta da Estratégia sobre Mudanças Climáticas pós-2012, desenvolvida pela Organização Mundial de Legisladores para um Meio Ambiente Equilibrado (Globe).

Participaram da reunião os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Serys Silhesarenko (PT-MT) e Renato Casagrande (PSB-ES); os deputados Antonio Palocci (PT-SP) e Augusto Carvalho (PPS-DF); o secretário-geral da Globe International, Adam Mathews; e o assessor de imprensa do Banco Mundial, Mauro Azeredo.

O fórum reunirá legisladores do mundo todo para debater os problemas relacionados ao

clima, como desmatamento, créditos de carbono e biocombustíveis, e oferecer subsídios às reuniões do G8 com os cinco mais importantes países emergentes – Brasil, China, Índia, México e África do Sul –, chamado G8+5. Se firmado um acordo sobre a proposta no fórum, a estratégia será formalmente apresentada aos líderes do G8 em sua reunião de cúpula, a ser realizada de 7 a 9 de julho, na cidade de Toyoko, no Japão.



Casagrande aposta na votação de matérias importantes para superar paralisa

Casagrande propõe agenda positiva para o Senado

O Senado precisa de uma agenda positiva para se reaproximar da sociedade, votando matérias importantes e superando a paralisação que afetou o Congresso nos últimos três anos. A avaliação foi feita ontem pelo líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES).

– Acredito que temos condições de recuperar parte do tempo perdido de 2007 – disse.

Casagrande afirmou que, mesmo com a iminente instalação da CPI dos cartões corporativos e com a realização das eleições municipais no segundo semestre, o Senado não pode deixar de aprovar projetos e manter o diálogo com a Câmara. Ele citou exemplos de proposições que devem ser votadas rapidamente, como a limitação do voto secreto, o regimento interno do Conselho de Ética, as reformas política e tributária e a regulamentação das agências reguladoras.

Paulo Paim quer recuperar salários de aposentados

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Brasil precisa de uma política de recuperação dos salários dos aposentados e pensionistas. Ele disse que o país já avançou bastante na questão do salário mínimo, mas observou que os vencimentos dos aposentados continuam perdendo valor com o passar dos anos.

O senador comemorou o fato de o novo salário mínimo ser de R\$ 412,40 – podendo chegar a R\$ 420 – e assinalou que o mínimo é “o melhor distribuidor de renda deste país”. Paim pediu que os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) atentem para projeto de lei de sua autoria (PLS 58/03) que garante a reposição das perdas salariais de aposentados e pensionistas, concedendo a eles os mesmos reajustes do salário mínimo.

Proposta que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação recebe parecer favorável em comissão do Senado e, após exame no Plenário, irá retornar à votação da Câmara

Ensino de arte regional poderá ser obrigatório na educação básica

O ensino da arte regional deverá ser componente curricular obrigatório da educação básica, segundo determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 75/06, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta, que modifica a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (Lei 9.394/96), será submetida ao Plenário. Caso seja aprovada, ainda precisará retornar à Câmara para nova votação, por ter sido alterada pela comissão.

O texto acolhido inclui emenda da relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que retira da redação sugerida inicialmente para o parágrafo segundo do artigo 26 da LDB a expressão “e da cultura”, quando havia referência ao ensino da arte e da cultura. Assim, o parágrafo passa a estabelecer que “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

– Apresentei a emenda porque o ensino da arte é mais abrangente



Presidida por Cristovam, Comissão de Educação acolhe emenda da relatora

e global que o da cultura – disse Marisa.

A regionalização do ensino da arte foi elogiada pelos senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Cícero Lucena (PSDB-PB). Tuma observou que “quem anda pelo interior do Brasil sente a importância da arte local”.

Escolas

A comissão também acolheu, em turno suplementar, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 433/07, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, que institui a licença sabática de um ano – a cada sete anos de trabalho – para os profissionais da educação básica. Essa segunda votação foi necessária porque o texto aprovado foi um substitutivo elaborado pelo relator do projeto, Cícero Lucena.

Debate sobre avaliação dos professores do ensino básico

A avaliação dos professores da educação básica será tema de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O requerimento é da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que considera o assunto de fundamental importância para a melhoria do ensino brasileiro. A data do debate ainda será marcada.

A senadora informou que a audiência servirá para uma completa avaliação do magistério de educação básica, incluindo conhecimentos e habilidades pedagógicas dos docentes. A reunião, segundo ela, também será uma oportunidade única para saber como são as atuais condições de trabalho dos professores.

A audiência pública foi proposta para instruir projeto de lei (PLS 403/07) de autoria do então senador Wilson Matos. Entre os convidados para o debate estão a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Reynaldo Fernandes.

Maria Quitéria deve ter nome no Livro dos Heróis da Pátria

Projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Maria Quitéria integrou o Batalhão de Voluntários do príncipe d. Pedro, onde se destacou na luta contra as tropas portuguesas, nos conflitos que se sucederam à Independência do Brasil.

Caso a Câmara dos Deputados aprove o projeto (PLS 236/07), Maria Quitéria será a primeira mulher a ter seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Homenagem

A comissão acolheu também projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 67/07) que denomina Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, em fase de conclusão, que liga a ilha de São Luís ao continente, no estado do Maranhão.



César Borges cita editorial que ressalta aprovação de marco regulatório para setor

César Borges aplaude mais verbas para saneamento

Citando editorial do jornal *Estado de S. Paulo*, publicado na segunda-feira, o senador César Borges (PR-BA) comemorou o crescimento dos investimentos em saneamento básico no Brasil. De acordo com a matéria, a aprovação de um marco regulatório pelo Congresso Nacional no ano passado trouxe segurança jurídica aos investidores, tanto governamentais quanto privados.

O senador lembrou que o projeto sobre o marco regulatório já tramitava há dez anos no Senado quando foi criada uma comissão mista, que possibilitou a aprovação simultânea do projeto nas duas Casas. Ele disse que contratos assinados pelo governo federal no ano passado totalizam R\$ 13,88 bilhões em investimentos no setor de saneamento básico, que somados à contrapartida de estados e municípios passam a R\$ 16,76 bilhões.

Eduardo Azeredo comemora vôo de BH para Lisboa

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou o vôo inaugural da TAP Linhas Aéreas conectando as capitais mineira e portuguesa. Ele enfatizou que a primeira ligação direta entre Belo Horizonte e a Europa irá facilitar o fluxo de turistas para as duas regiões.

O senador afirmou que o vôo, de nove horas de duração, economizará muito tempo em conexões tanto de mineiros com destino à Europa quanto de europeus em viagem de negócios ou interessados em conhecer as cidades históricas mineiras.

Azeredo enfatizou ainda a importância do turismo como geração de emprego e renda no país e disse esperar que a política de descentralização do espaço aéreo brasileiro viabilize novamente um vôo direto de BH para os Estados Unidos.